



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 12/01/2021

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta e cinco minutos às dezessete horas e trinta e cinco minutos, na Sala virtual da Plataforma Zoom da ADOULAS-RJ, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro -FAM-RIO); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheira suplente Maria Carolina Lobão Del Castilho (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro suplente Marcos Moreira Leite (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira Monica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Márcio Berman (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e a conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ) e a conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheiro e Secretário Municipal de Saúde Daniel Ricardo Soranz Pinto (Secretaria Municipal de Saúde – SMS) e a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD). Pauta do Dia: Deliberação das Atas: 10/11/2020 e 24/11/2020. 1. Apresentação e Deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2020 – 40

minutos. **2.** Apresentação do Plano de Enfrentamento à Covid-19 – **40** minutos. **3.** Apresentação, Discussão e Deliberação referente ao Decreto Rio Nº 48.254 de 07 de dezembro de 2020 e Nota de Repúdio do Conselho Municipal de Saúde – **20** minutos. **4.** Escolha da Comissão Eleitoral do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde – **20** minutos. **5.** Apresentação do trabalho individual de cada comissão temática – **30** minutos – Relatório do Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna – RJ – **30** minutos. **6.** Informes da Secretaria Executiva – **10** minutos. **7.** Informes da Gestão da SMS – **10** minutos. **8.** Informes do Colegiado – **5** minutos por conselheiro. A reunião teve início após a convocação às 14 horas e 35 minutos com quórum previsto no Regimento do Conselho. Coordenação: Presidente do Conselho **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva:** conselheiros(as) Ludugério Antônio da Silva, Neide Maria Neres Tinoco, Maria Angélica de Souza, Lucimar Oliveira Nascimento e Valeska Holst Antunes. Moderador: Secretaria Executiva: Carmem Terezinha Gomes Sasaki. Dando início à reunião, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** fez a leitura da pauta com o seguinte teor: **Coordenação: Presidência do Conselho:** Maria de Fátima Gustavo Lopes; **Auxílio à Coordenação: Comissão Executiva:** conselheiros(as): Júlia Daniela de Castro, Ludugério Antônio da Silva, Neide Maria Neres Tinoco, Maria Angélica de Souza, Lucimar Oliveira Nascimento, Valeska Host Antunes, Luciana Ludwig Nigri e José Antônio Alexandre Romano. **Moderador: Secretaria Executiva:** Carmem Terezinha Gomes Sasaki. **Pauta do dia:** Deliberação das Atas: **10/11/2020 e 24/11/2020;** **1** - Apresentação e Deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2020 - **40 minutos;** **2** - Apresentação do Plano de Enfrentamento à Covid-19 - **40 minutos;** **3** - Apresentação, Discussão e Deliberação referente ao Decreto Rio Nº 48.254 de 07 de dezembro de 2020 e a Nota de Repúdio do Conselho Municipal de Saúde - **20 minutos;** **4** - Escolha da Comissão Eleitoral do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde - **20 minutos;** **5** - Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática - **30 minutos;** - **Relatório do Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna – RJ;** **6** - Informes da Secretaria Executiva - **10 minutos;** **7** - Informes da Gestão da SMS - **10 minutos;** **8** - Informes do Colegiado - **5 minutos por conselheiro**. As informações do Conselho poderão ser acessadas na internet através do endereço eletrônico: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms>. Contatos: comsaude@rio.rj.gov.br ou Tels: 2293-0341 e 2976-2269. Solicitamos a todos os presentes **a gentileza de desligar ou deixar em modo silencioso os celulares**. Depois de a pauta ter sido lida a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes**, pediu à **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** que colocasse em votação a aprovação da pauta. Após, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** anunciou que a pauta foi aprovada pela maioria simples dos conselheiros. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, com relação à deliberação das atas de 10.11.2020 e 24.11.2020, informou que ambas foram enviadas aos conselheiros para ciência. Então, colocou-as em votação para aprovação pelo pleno. Em seguida, declarou que ambas foram aprovadas pela maioria simples. Dando continuidade, passou ao **item um da pauta:** Apresentação e Deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2020. Passou a palavra à **Dra. Maria Sylvia Ripper** que, em seguida, deu início a apresentação do Plano. Ao final da apresentação, a **Dra. Maria Sylvia Ripper** disse que aguarda a decisão do Conselho Municipal de Saúde e a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes**, por conseguinte, abriu espaço para que cinco conselheiros pudessem expor suas dúvidas a respeito do que fora apresentado e enquanto era feita a lista dos que exporiam as dúvidas que tinham, ela (a Presidente) chamou o novo **Secretário de Saúde, Daniel Ricardo Soranz Pinto** que com a palavra, após cumprimentar a Presidente do Conselho Municipal de Saúde disse que é um prazer estar na reunião, que estava super feliz por ter ali os conselheiros e, também, fez questão de mostrar a todos que estava no Gabinete trabalhando. Depois, cumprimentou todos os presentes que fazem parte da Vigilância Sanitária: Maria Sylvia Ripper, Vitória Veloso, Daniela de Paula e falou esperar que todos sejam felizes com o Rodrigo Prado no Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, pois que ele (o Rodrigo) está ajudando muito, dando um show no Gabinete. Voltando ao item um da pauta para tirar dúvidas, a conselheira Lucimar Oliveira Nascimento não conseguiu formular sua pergunta por causa de problemas com a comunicação. Então, ficou combinado que ela formulará seu questionamento via “chat”. Não havendo mais conselheiros com dúvidas, foi dada a palavra aos convidados. O primeiro foi o **Sr. Sérgio** que,

com relação ao Plano Municipal de Vigilância, no que tange aos setores que a Dra. Maria Sylvia Ripper fiscaliza, tinha a falar que ela (Dra. Maria Sylvia Ripper), sobre o assunto climatização hospitalar, não mencionou o tópico “sistema de sala limpa do Centro Cirúrgico”, já que existe a obrigatoriedade de ter o ar limpo, com filtros especiais para a exaustão nesses Centros Cirúrgicos. Disse que vê, por exemplo, instalação de Split dentro do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Rocha Faria e, algumas vezes, vê condicionadores de ar em janelas. Então, perguntou à Dra. Maria Sylvia Ripper, se ela faz fiscalizações, também, junto às estações de tratamento hospitalar porque existe norma para uso do ar condicionado pelo Órgão do GEM que é ligado à Secretaria Municipal de Vigilância Sanitária. Referiu-se também aos cemitérios e disse que tem observado desde o ano passado, como é feita a retirada dos restos mortais de cadáveres. Informou que viu no Cemitério de Campo Grande, retirarem entulho e rejeitos onde ainda teria alguns restos mortais e colocarem dentro de um caminhão basculante que foi coberto com uma lona e, assim, seguiu viagem. Disse que a retirada desses resíduos, obrigatoriamente, deve ser feita por empresa especializada que faz a vasculagem para a retirada desses itens contaminados em área própria. Falou que, como na apresentação feita pela Dra. Maria Sylvia Ripper, em nenhum momento, houve menção a esse assunto e deseja saber dela se a Vigilância Sanitária faz esse tipo de fiscalização e se esses itens estão dentro do contexto do Órgão da Fiscalização de Zoonoses. Após, o **convidado da AP 2.1, Sr. Henrique Oliveira de Brito** com a palavra, depois de ter cumprimentado todos, disse que é morador do Morro do Cantagalo, Favela do Cantagalo e pediu esclarecimentos sobre qual é a responsabilidade e a competência da Vigilância Sanitária com relação ao lixo que as Comunidades das favelas produzem? Perguntou, também, se a Vigilância Sanitária faz fiscalizações relacionadas ao impacto que esse lixo causa? Qual a atribuição da Comlurb nesse contexto, tendo em vista, que é do conhecimento de todos que as favelas sofrem grandemente com a questão do lixo, gerador de vetores, doenças como a chikungunya entre outras? Como a SUBVISA atua no sentido de mitigar ou reduzir os riscos com relação ao lixo das favelas e se atua trabalhando em conjunto com a Comlurb na fiscalização? Prosseguindo, como a conselheira Lucimar Oliveira Nascimento, até aquele momento, ainda não teria formulado o seu questionamento no “chat”, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes**, passou a palavra à **Dra. Maria Sylvia Ripper** que, em resposta aos questionamentos feitos, disse que em relação aos hospitais públicos, a Vigilância Sanitária promoveu uma série de cursos e discussões com o pessoal da Secretaria de Saúde, diretores de hospitais e o Setor de Engenharia da Secretaria de Saúde para explicar as normas que existem nessa área de climatização de Centro Cirúrgico, de climatização dos diversos setores hospitalares e que começaram a ser feitas algumas inspeções conjuntas para avaliar os hospitais públicos e ver que tipo de melhorias e outras coisas precisam ser corrigidas. Explicou que isso é uma ação que está em andamento e, é claro, que nem todos os hospitais ainda estão adequados, mas é um processo que vêm prestando atenção. Quanto à parte de tratamento de resíduo hospitalar, disse que também está dentro das normas da Vigilância Sanitária. Os hospitais, tanto os públicos quanto os da rede privada, têm que cumpri-la. Essas normas dependem do tipo de atendimento que os hospitais fazem, por exemplo: faz cirurgias, têm equipamentos de radiação ionizante, produzem resíduos radioativos; seja lá como for, para tudo existem normas. Falou que o licenciamento dos hospitais, que antes era feito pela Secretaria Estadual, agora é de competência do Município. A Vigilância Sanitária tem trabalhado em inspeções complexas e, uma inspeção no hospital grande exige, às vezes, dois, três dias e depois a equipe tem que voltar na semana seguinte porque ficaram coisas pendentes e, aí, são emitidos cinco, dez termos de intimação para regularizar uma série de coisas. Referiu-se a esses procedimentos como sendo a parte mais trabalhosa da Vigilância Sanitária. Explicou que agora, com a questão do Covid-19, o ambiente climatizado se tornou mais importante ainda porque estão convivendo com uma doença de transmissão respiratória que está em curso. Os “covidários”, como são chamados têm que ter pressão negativa, têm que ter uma série de filtros e a Vigilância Sanitária tem uma equipe específica que fiscaliza tudo isso e que esses fiscais não são em grande número porque são fiscais especializados. Por fim, sobre esse assunto, esclareceu que não é qualquer fiscal que sabe fiscalizar um hospital porque existem inúmeras normas a serem cumpridas, pois para cada setor do hospital existe uma norma diferente, por exemplo: em relação a tratamento de resíduo, em relação a ambiente climatizado, em relação à higienização, em relação à questão de infraestrutura hidráulica, sanitária, mas tudo isso está na pauta. Sobre o assunto cemitérios, disse que no Rio de Janeiro existe uma peculiaridade nessa questão porque, na realidade,

quem licencia os cemitérios na cidade é a Comissão de Cemitérios que é vinculada à Secretaria de Obras. Agora, nessa gestão nova, deve estar com a Secretaria de Conservação, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação. Acrescentou que, na realidade, é essa Comissão de Cemitérios que acaba por ver tudo isso. É uma interface que têm e essa Comissão foi criada há muitas décadas e é ela que acabou ficando como responsável por toda a parte pertinente a cemitérios, embora a Vigilância Sanitária tenha cemitérios em suas planilhas de planejamento. Disse quando há uma denúncia, uma reclamação, a Vigilância Sanitária vai até lá, aciona a Comlurb quando precisa e, depois, são enviados relatórios para essa Comissão de Cemitérios, que, no final, é quem tem o poder de interferir nos Cemitérios. Sobre as situações que o Sr. Sérgio expôs, a **Dra. Maria Sylvia Ripper** disse que ele pode ligar para 1746, ainda que queira uma intervenção mais rápida e fazer a denúncia, até mesmo sem se identificar, caso queira assim. O 1746 vai direcionar a denúncia para algum Órgão que tenha o poder de averiguar e, depois, alguém da Vigilância Sanitária ou da Secretaria de Obras irá fiscalizar. Em relação à questão do lixo nas favelas, a **Dra. Maria Sylvia Ripper** disse que isso, realmente, não está dentro do “escopo” da Vigilância Sanitária. Esse problema é de competência da atual Secretaria de Habitação e da Comlurb porque as Comunidades não têm uma distribuição espacial formal, têm várias vielas, o carro não sobe, por exemplo. Falou da distribuição de caçambas na Comunidade e do Programa do Gari Comunitário que, até onde sabe, tenta resolver o problema desse lixo. Reafirmou que, realmente, essa questão é da Comlurb; tanto que ela (a Comlurb) tem um Programa do Gari Comunitário para resolver esse problema nas áreas da Comunidade em que o serviço formal de coleta de lixo não atinge, porque tem lugares que o caminhão não sobe. Portanto, são os garis contratados na própria comunidade que faz esse serviço com o carrinho. Concluiu dizendo que se esse problema persiste nas comunidades, atualmente, só a Comlurb pode responder. Dando prosseguimento, a **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento**, tendo restabelecido o acesso à reunião, disse que, de certa forma as respostas dadas pela Dra. Maria Sylvia Ripper já a tinha contemplado. Falou que irá perguntar como funciona a inspeção nas Unidades de Saúde Públicas do Município do Rio de Janeiro, já que é a própria Vigilância Sanitária desse município que faz essas inspeções. Contou o que viram nelas é um verdadeiro caos, pois há pouco tempo viu a Maternidade Maria Amélia sem ar condicionado durante longo período e que ficaram de resolver esse problema na sexta-feira seguinte dessa reunião. Na Maternidade Mariska faz mais de 28 graus dentro do CTI Neo Natal. Os profissionais de saúde não conseguem ficar devidamente paramentados com essa temperatura. Acrescentou que no hospital de Acari parece que também acontece a mesma coisa. Ressaltou sua pergunta é sobre como age a Vigilância Sanitária do Município dentro das próprias Unidades de Saúde do Município que não cumprem essas regras e por isso, vivem num verdadeiro caos sem obras, tudo caindo aos pedaços, com a presença de mofo, sujeira (sujeira mesmo)? Contou quando visitam as Unidades veem claramente isso. Por fim, disse que as respostas que a Dra. Maria Sylvia Ripper deu às perguntas feitas pelos colegas, de certa forma a contemplou, pois foi dito que a Vigilância Sanitária está atuando dentro das Unidades de Saúde e fazendo as inspeções e espera ver como podem melhorar essa situação. A seguir, a **conselheira Maria Clara Migowisk Pinto Barbosa**, com a palavra, disse que sua pergunta é relacionada aos consultórios particulares que mantêm os seus ambientes fechados e climatizados e, também, quanto aos locais de cultos religiosos, principalmente, aqueles que se dão nos finais de semana e com o calor que está fazendo, muitos estão mantendo portas e janelas fechadas e ar condicionado ligado. Perguntou se a Vigilância Sanitária tem alguma questão em relação a essa questão de ambiente climatizado? A **Dra. Maria Sylvia Ripper** respondeu que não têm condição de estar em todos os lugares. Quando há uma denúncia de que existe uma aglomeração, não só em eventos religiosos, mas também em festas clandestinas e até em casas particulares, vão até lá equipes não só da Vigilância, mas também da Ceop, da Guarda Municipal porque, às vezes, a situação fica tensa. Acrescentou que não têm como fiscalizar tudo o tempo todo e tudo aquilo que as pessoas virem que pode ser um risco para a saúde pública, deve ser denunciado no telefone 1746 que alguém irá até lá, principalmente por causa do Covid porque os templos religiosos sabem que existem normas de distanciamento, de capacidade, de percentual de ocupação do espaço, de que o ambiente tem que estar aberto mesmo no calor para cumprir. Todos têm conhecimento dessas regras porque foram bastante divulgadas. Disse ainda que, se há pessoas que não estão cumprindo essas regras, elas devem ser denunciadas porque ainda estamos em plena epidemia do Covid apesar de que há cidadãos na cidade que, às vezes, não acreditam muito nisso, mas a Vigilância Sanitária está

tentando minimizar a situação em função das normas municipais que foram publicadas para a prevenção do Covid, embora não tenha feito nenhuma ação de “lockdown”. A **conselheira Maria Clara Migowisk Pinto Barbosa**, novamente, com a palavra, disse que se preocupa com o fato de haver consultórios médicos atendendo as pessoas com o ambiente todo fechado e ar condicionado ligado. Contou que já esteve em alguns deles e que isso tem acontecido com muita frequência e preocupado bastante a ela, principalmente porque são médicos que têm conhecimento da situação atual. A **Dra. Maria Sylvia Ripper** argumentou que existe a questão de que todo mundo está precisando de dinheiro e, às vezes, os consultórios são todos fechados e não têm janelas. Que existem de quinze mil a vinte mil consultórios cadastrados na Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro e mais outros tantos que ainda não se cadastraram, mas todos eles sabem das “Regras de Ouro do Covid”, ainda mais os médicos. Falou que, de certa forma, em um consultório normal uma sala de espera tem risco um pouco mais limitado porque o número de pessoas que ele aglomera é menor. Quanto à questão dos templos e dos locais de grandes aglomerações, a Vigilância Sanitária pede para toda a população que tem consciência que, por favor, denuncie qualquer irregularidade porque são situações gravíssimas e a população não está respeitando, inclusive desacatando os fiscais quando eles tentam intervir. Em seguida, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes**, colocou em votação a Deliberação do Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2020. Verificada a votação, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** anunciou que o referido Plano foi aprovado pela maioria simples do Colegiado. Dando término a esse ponto da pauta, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes**, agradeceu a presença, a apresentação e os esclarecimentos feitos a respeito do Plano a Dra. Maria Sylvia Ripper, a Dra. Daniela e pediu a elas que estejam sempre presentes no Conselho Municipal de Saúde para orientá-las e esclarecê-las em suas dúvidas. Prosseguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou ao **item 2 da pauta**: Apresentação do Plano de Enfrentamento à Covid-19. Então, o **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** voltou à reunião para fazer a apresentação do Plano. Antes de fazer a apresentação do Plano, disse que estava com uma pessoa especial na sala, a Secretária Joyce da Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher e, depois de apresentá-la aos presentes na reunião, pediu desculpas a ela por ter que fazê-la esperar um pouco, mas precisava entrar na reunião do Conselho Municipal de Saúde. E assim, deu início a apresentação do Plano. Com o fim da apresentação, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes que já havia alguns inscritos no “chat” para sanar dúvidas quanto à apresentação encerrada. Diante dessa informação o **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** comunicou que às quatro horas e trinta minutos precisará se ausentar da reunião porque tem outro compromisso agendado com a Secretária Joyce da Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher e pediu um tempo mais curto para as perguntas até porque estará sempre disponível para os esclarecimentos necessários. Então, o primeiro a falar, foi o **suplente do conselheiro** Rene Monteiro de Almeida Júnior, **Sr. Marcos Moreira Leite** que perguntou se as pessoas que convivem com HIV e AIDS terão prioridade na vacinação contra o Covid e se já está definido o nome da pessoa que vai gerenciar o Programa de DST AIDS no Município do Rio de Janeiro nessa nova gestão? O **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** respondeu que é o Programa Nacional de Imunizações do SUS (o PNI), é quem define e quem deverá ser vacinado e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro seguirá essa definição. Quanto à segunda pergunta, informou que ainda não está definido o nome da pessoa que vai gerenciar o Programa de DST-AIDS e quem vai definir esse cargo é o Superintendente de Atenção Primária, Dr. Renato Cony. A próxima foi **conselheira Maria Clara Migowisk Pinto Barbosa** que, após cumprimentar o Secretário de Saúde, perguntou se já existe um protocolo constituído para o tratamento das pessoas que estão contaminadas com o Covid? O **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** disse que sim e que têm um monte de protocolos. Eles existem, sim e o Ministério da Saúde lançou um e o Conselho Federal lançou outro. Esclareceu que, embora existam esses protocolos, não se pode recear o médico, caso ele queira prescrever alguma coisa que não esteja contida nesses protocolos. Infelizmente, têm alguns protocolos inseridos no Brasil pelo Ministério da Saúde, mas sempre prevalece a decisão médica e a decisão clínica quando ainda há situações que geram dúvidas. Falou que ainda têm medicamentos sendo testados para o

Covid porque existem alguns medicamentos que não têm sua evidência científica totalmente comprovada e por isso, não há decisão fechada. Isso já aconteceu com a cloroquina e com a ivermectina. Então, prevalece a decisão médica e as evidências científicas que os médicos estão utilizando para essa publicação. Falou que espera, agora, que já passaram quase um ano do início da doença, que o Ministério da Saúde consiga fechar com o Conselho de Medicina um protocolo mais bem delimitado com relação à pandemia, diante das novas evidências que estão saindo. A **conselheira Maria Clara Migowisk Pinto Barbosa**, com a palavra, disse que fez essa pergunta por curiosidade porque tem percebido que os casos de Covid, ultimamente, têm sido melhor trabalhados, pois as pessoas estão se recuperando mais rápido, a questão do agravamento tem sido menor e por isso, quis saber se existe um protocolo e, agora observa que o tratamento está dando mais certo que antes. O **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** informou que as pessoas que estavam mais graves ou tinham mais comorbidades, muitas faleceram. A seguir, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**, com a palavra, disse que é um prazer ter de novo o Secretário Daniel Ricardo Soranz Pinto na Secretaria Municipal de Saúde desempenhando um papel fundamental e de muita importância para os usuários do SUS que sofrem bastante e acredita que daqui para frente esse sofrimento irá acabar. Sobre a pergunta ao Secretário, falou que ele (o Secretário), na apresentação, não tocou na questão do Hospital Municipal Souza Aguiar e gostaria que o Secretário falasse um pouco a respeito desse hospital, também, no que tange ao seu funcionamento e como está atuando nos dias de hoje? O **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** esclareceu que esse hospital tem déficit de profissionais, principalmente, de técnicos de enfermagem que é muito grande e que tinha muitos leitos fechados no geral, não só para Covid. Dirigindo-se ao conselheiro, perguntou se ele lembra do segundo andar do Hospital Municipal Souza Aguiar, especificamente, da sala de homens, da UPG (Unidade de Pacientes Graves), da sala de mulheres e, também, da Emergência? Contou que durante a pandemia, visitou esse hospital e fez muitas críticas com relação ao que viu lá; críticas que foram divulgadas pela imprensa porque não fazia o menor sentido ter todos aqueles leitos fechados nos hospitais municipais e ficar gastando quase R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) por dia em estruturas alugadas para Hospitais de Campanha no Maracanã e no RioCentro. Para solucionar o problema, disse que já remanejaram muitos técnicos e contrataram alguns técnicos de enfermagem logo na primeira semana da gestão para mandarem para o Hospital Souza Aguiar. Informou que chegaram lá quarenta e sete técnicos de enfermagem e alguns enfermeiros pela RioSaúde para que pudessem abrir esses leitos. Contou que já abriram aqueles leitos da UPG (Unidade de Pacientes Graves), especificamente para Covid, pois é um espaço incrível de altíssima qualidade para leitos de CTI. Disse que agora estão vendo os leitos do terceiro andar. Uma parte deles (duas enfermarias) já foram destinadas para o tratamento de Covid. Com isso, poderemos fechar o terceiro andar que está com quase todos os leitos vazios, com aqueles que foram destinados para o Covid. Ao todo ficarão 56 leitos para tratamento do Covid no Hospital Municipal Souza Aguiar, mas o compromisso e a meta da atual gestão nessa fase inicial é de trinta leitos. Acrescentou que existem outros problemas no Hospital Municipal Souza Aguiar, como por exemplo, o Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda e o CER Centro que fazem parte do complexo do Hospital Municipal Souza Aguiar cujo contrato venceu dia 06. Informou que a Secretaria conseguiu pagar o mês de dezembro desse contrato para que os funcionários não ficassem sem os seus salários e que farão uma contratação temporária com a Organização Social que está no momento atuando lá, para que durante esse período possam providenciar a abertura de um novo Chamamento Público para o CER Centro e para o Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda porque ambas as Unidades não podem deixar de funcionar e só podem funcionar por meio de um contrato. Disse que esses procedimentos já estavam em andamento e esse Chamamento deve ser publicado naquela semana da reunião. Dirigindo-se ao conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes, o Secretário de Saúde disse que no Hospital Municipal Souza Aguiar existem outros problemas e se o conselheiro quiser mais detalhes poderá fazê-lo depois, mas não naquele momento porque ficará usando muito tempo da reunião. Acrescentou que esteve em reunião com o diretor Antônio por horas e naquela semana já visitou o Hospital três vezes e conversou com funcionários a respeito da situação. Por isso, está bem preocupado com a Unidade, mas acha que dá para avançar com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços para atender os usuários. O **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** falou, também, depois que tomar pé de tudo, fará uma reunião com o Conselho Distrital

de Saúde da AP 1.0 para dar mais detalhes da situação, mas que está atento a tudo. Então, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que é do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 e que gostaria de ter uma reunião, especificamente, com o Secretário de Saúde para falar a respeito da Unidade de Saúde onde trabalha, a Policlínica Rodolpho Rocco que passa por situação muito ruim com a falta de profissionais dentre outros problemas. Com a palavra, o **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** disse saber que nessa Unidade estão com dificuldades de recompor o plantão e que existe um monte de outros problemas, pois em quatro anos destruíram a Policlínica Rodolfo Rocco, mas que irá trabalhar para melhorar essa situação. Por fim, disse que ainda não a visitou, mas que começará a visitar as Policlínicas no final de fevereiro, conforme está na agenda dele e pretende publicar para que os conselheiros possam acompanhá-lo. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou a palavra ao **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** que, depois de cumprimentar o Secretário de Saúde Daniel Ricardo Soranz Pinto, disse como cidadão, como usuário e como Controle Social, se preocupa com certas situações. Falou para o Secretário de Saúde que ele teria relatado que marcará para o dia 25 o início da vacinação. Diante disso, perguntou ao Secretário de Saúde se até o dia 25, o Município do Rio de Janeiro já terá resolvido o problema com a Light dos R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), porque a Light cortou a luz e isso o preocupa muito. Além disso, gostaria que o senhor (o Secretário) olhasse com carinho o decreto onde tem algumas partes dos Conselhos Municipais e que olhe com carinho esse Decreto. Pediu ao Secretário que, na primeira oportunidade que tiver, se reúna com ele para discutir Saúde Mental, um assunto gravíssimo. O **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto**, disse que ainda está tentando entender o porquê do Município do Rio de Janeiro não pagar a conta de luz, não pagar os funcionários e ter comprado R\$ 1.000.000.000,00 (Um bilhão de reais) de equipamentos da mesma empresa, a China Meheco, e ter R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) de equipamentos em estoque. Acrescentou que todos esses processos de compra foram abertos pela Subsecretaria Executiva e nunca passaram pelas áreas técnicas e, também, nunca foram solicitados para a Direção. Falou que tudo isso é uma loucura e que não consegue explicar como não pagaram a conta de luz. É inexplicável, mas que tentará entender o que está acontecendo. Acrescentou que já notificou a Light que saúde é serviço essencial e que eles não podem cortar a energia. Explicou que não é porque a Light não pode cortar a energia que a Secretaria não precisa pagar a conta, pois precisa se organizar para ver como vai pagar essa dívida. Quanto à Saúde Mental, o **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto**, falou que está em começo de discussão um planejamento que depois será trazido para discussão no Conselho Municipal de Saúde sobre um Programa de Saúde Mental direcionado para a depressão e o suicídio porque a situação está gravíssima por causa da pandemia. Disse assim que esse planejamento estiver um pouquinho mais avançado, ele vai apresentá-lo no Conselho Municipal para ser discutido antes de implementá-lo. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou a palavra à **conselheira Valeska Holst Antunes** que, depois de ter cumprimentado a todos os presentes e o Secretário de Saúde, disse que, como era de se esperar, no início de gestão, depois desses quatro anos, principalmente, a lista de perguntas é quase infinita, mas vai ater-se somente a três questões relacionadas à Covid. Sobre o tópico, leitos novos, mencionado pelo Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto em sua apresentação, a conselheira considera ser muito importante para o Conselho Municipal de Saúde ter a visibilidade do total de leitos dedicados à Covid, tanto os de UTI quanto os leitos clínicos. Assim sendo, perguntou ao Secretário de Saúde se é possível apresentar esses dados (o total de leitos disponíveis) para o Conselho Municipal de Saúde já naquele momento ou em breve? E, também, qual a previsão do total de leitos que o Município terá com esses processos de abertura que estão previstos nos hospitais e com os possíveis convênios com a rede privada, porque da análise do próprio senso, observa que, hoje, tem quatro vagas apenas para UTI SRAG, o que é um limite, na verdade, bastante curto. Falou, também, que, além dos leitos hospitalares, acha que seria muito interessante se pudessem ter visibilidade dos leitos das UPAS porque sabiam que a UPA é a primeira porta de entrada, inclusive, quando fazem a regulação na Atenção Primária, além de serem leitos importantes no tratamento da Covid na questão da oxigenoterapia precose que é uma das coisas que consegue ter efetividade no item do resultado e da prevenção de mortalidade de casos de Síndrome Respiratória Grave. Sobre a UPA de Manginhos, a **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que não está claro para o

Conselho Municipal de Saúde, exatamente, quais foram os motivos para a decisão do fechamento daquela UPA. Entende que é importante terem esse esclarecimento para que, com esse conhecimento possam entender o que é necessário para que a reabertura dela possa acontecer, pois tem certeza que está havendo esforço para isso. Por último, referiu-se, conforme ela mesma disse, a uma questão que soube e que foi herdada, mas ainda assim, agora, a cobrança e a resposta recaem sobre a administração atual e não tem jeito, ou seja, o fato de estarem com um sério problema em relação ao tópico da oferta de medicamentos em todas as esferas. Falou que na Atenção Básica, obviamente, aquela que conhece melhor, porque é nela que atua, têm falta de dipirona, de antibióticos básicos como a amoxicilina clavulanato, enfim, coisas que inclusive servem para um cuidado precoce na questão do Covid. Então, para saber um pouco, perguntou como está o andar da carruagem nessa matéria de licitação de compras de medicamentos? O **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** iniciou as respostas dizendo que são ótimas perguntas e para a maioria delas não tem resposta. Os conselheiros estão no Conselho Municipal de Saúde antes dele e acredita que eles (os conselheiros) acompanharam a questão de tudo o que aconteceu na Secretaria. A respeito dos medicamentos na Secretaria, disse que viveram quatro anos de desabastecimento. Que recebeu a Secretaria de Saúde com todos os processos de compra de medicamentos em emergencial e, praticamente, não houve nenhum processo licitatório. Falou da sua gestão anterior na Secretaria Municipal de Saúde, quando era a Secretaria que comprava medicamentos mais baratos do país porque utilizava o poder de compra que tinha para comprá-los e, praticamente, não fazia compras de medicamentos em emergencial. Falou, também, quando entregou a Secretaria de Saúde em 2016, teve o cuidado de deixar a Secretaria abastecida até o mês de maio do ano seguinte, com R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais) ou mais R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) em estoque. Que abriu um processo administrativo com o que tinha de estoque de medicamentos que teriam deixado para que as Unidades de Saúde ficassem abastecidas até maio do ano seguinte. Ainda, que, infelizmente, agora, receberam da gestão anterior esse cenário caótico com as Unidades totalmente desabastecidas, o Almoxarifado Central desabastecido, mas já estão abrindo processos para a compra de medicamentos, de insumos e de tudo, sendo, óbvio, que estão priorizando a compra de medicamentos de terapia intensiva, os mais críticos, embora saibam que todos os medicamentos são importantes e não dá para falar que tem um que salva vidas e outro não, todos são importantes. Com relação à Unidade de Pronto Atendimento de Manguinhos, disse que já falaram muito sobre esse assunto e que foi ele quem inaugurou aquela UPA, juntamente com o TEIAS – Escola Manguinhos em 2011. Que sempre trabalhou e atuou muito naquele território conforme sua vida profissional mostrava. Acrescentou que o Conselho Municipal de Saúde sabe melhor do que ninguém que todos os profissionais da UPA de Manguinhos teriam sido demitidos no mês de novembro e que passaram aquele mês de novembro todo em aviso prévio e, no dia seis de novembro todos os contratos foram encerrados. Informou que no dia vinte e nove de novembro esteve na UPA de Manguinhos e no dia em que foi avisado pelo Prefeito Eduardo Paes que seria ele o Secretário Municipal de Saúde, a primeira coisa que fez foi pedir a ex-Secretária Municipal de Saúde, Ana Beatriz Bush que, por favor, suspendesse os avisos prévios dos profissionais daquela UPA. Lembrou que na campanha, ele já tinha feito esse pedido para que fossem suspensos os avisos prévios dos daqueles profissionais. Falou que a Secretária de Saúde na época não atendeu o seu pedido. Que o governo de transição, com o ex-Secretário Jorge Darze em exercício, também, se recusou a fazê-lo. Que a ex-secretária Ana Beatriz Bush foi embora nove dias antes de acabar a gestão dela e não assinou os contratos novos. Esclareceu que a Fiotec não demitiu os profissionais do TEIAS Manguinhos que eram os trabalhadores da Saúde da Família e do CAPS. Porém, esse pessoal está sendo mantido lá até os dias de hoje, sem contrato assinado e que ele (Secretário de Saúde) tenta negociar com a Fiotec um jeito dela assumir esses profissionais (inaudível), no período da UPA mesmo sem contrato assinado. Informou que pretende colocar a UPA de Manguinhos em funcionamento até a primeira semana de fevereiro. Para isso, está lançando um edital e pode ser que a Fiocruz ganhe ou não a administração dessa UPA, mas está correndo muito com todos os processos porque dói-lhe muito ter essa UPA fechada. Lembrou aos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde que foram eles que viram como a gestão anterior fazia; diziam que iam fazer obras e, aí, a UPA de Campinho ficou dois anos fechada, a UPA Costa Barros ficou um ano e meio fechada. Afirmou que não vai fazer a mesma coisa que a gestão passada fez e nem ficará enrolando, mas, também, não é mágico, pois não consegue contratar as pessoas

em um tempo tão curto. Em relação ao total de leitos, explicou que é muito fácil: é só pegar o que foi publicado e somar. Acrescentou que também publicará no Diário Oficial um inventário com total de leitos encontrados, a taxa média de ocupação e o número de leitos em cada hospital. Queria ter feito essa publicação no dia dez, porém não conseguiu porque precisa mandar pessoas contarem os leitos existentes em cada hospital para que possam falar a verdade e não publicar, simplesmente, aquilo que está no Sistema. Dirigindo-se a conselheira Valeska Holst Antunes disse que publicará o número de leitos. Sobre recursos humanos, atualmente, têm menos de seis mil profissionais na Secretaria Municipal de Saúde do que tinha em 2016 e equipes da Saúde da Família também. Informou que em 2016 publicou uma Resolução obrigando a gestão que já passou a publicar esses inventários anualmente, mas infelizmente descobriram a resolução e não publicaram outra no lugar invalidando a existente. A seguir, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou a palavra à **conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão** que falou que a Secretaria Municipal de Saúde se refere muito a internações, a CTI e outras coisas para aqueles que estão com Covid. Contou que, supostamente, teve Covid no ano passado. Na época, o protocolo para tratamento era outro e não se tratava Covid da maneira como é tratado atualmente. O protocolo atual recomenda que, a qualquer sintoma, o paciente deve procurar uma Clínica ou hospital para avaliação do seu estado e que antes era: “fique em casa”. Acrescentou que não fez o teste, porém, é fato que até hoje não recuperou o seu olfato. Então, perguntou ao Secretário de Saúde como serão tratadas as pessoas que tiveram o Covid e ficaram com sequelas? Se o tratamento será com fisioterapeutas, neurologistas, psicólogos e etc., pois acha importante o tratamento multidisciplinar. Portanto, como serão tratadas as pessoas pós Covid? Primeiramente, o **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** informou a conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão que o Secretário Estadual de Saúde teria dito que colocará o Hospital Estadual Eduardo Rabello para funcionar e que dá essa informação porque sabe que a conselheira mencionaria o referido hospital. Quanto ao tratamento pós Covid, o Secretário de Saúde disse que ainda não sabe o que fazer e que vai planejar isso um pouquinho mais a frente. A **conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão** desejou ao Secretário boa gestão e que lá, eles são muito pelo Secretário. Então, o Secretário disse esperar mesmo atender à expectativa. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou a palavra ao sétimo **conselheiro, Sr. Abílio Valério Tozini** que, depois de cumprimentar o Secretário, perguntou como está o Município do Rio de Janeiro no Programa de Vacinação contra o coronavírus, no que diz respeito ao estoque de seringas, injeções e todo o aparato necessário para garantir a vacinação e ao mesmo tempo não ter problemas com a campanha de vacinação contra a gripe? Falou que em relação ao cronograma nacional, não sabem que dia é o dia “D”, à que horas é a hora “H”. Sendo assim, perguntou o que o Município está pensando em fazer, caso aconteça do dia “D” demorar a chegar e a hora “H” não chegar? Ainda em relação ao coronavírus, disse que sabem que a quantidade de vacinas que está sendo prevista, tanto do Instituto Butantan, quanto da Fiocruz, não vai atender a toda a gente. Perguntou ao Secretário o que o município está pensando em fazer para ampliar a capacidade de imunização de seus municípios? Falou que, dando um passo à frente da presidente do Conselho Municipal de Saúde, convida o Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto para a reunião mensal com os presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde. Disse que é o substituto da Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1, Sra. Maria Edileusa Braga Freires, mas que ela (a Presidente Maria Edileusa) terá enorme prazer em tê-lo na reunião para discutirem os problemas de infraestrutura existentes nos Conselhos Distritais de Saúde porque na gestão anterior, até mesmo por conta da pandemia, esses Conselhos foram bastante esvaziados na sua infraestrutura. Então, precisam reconstruir tudo aquilo que o Secretário de Saúde Daniel Soranz deixou na gestão dele, anterior. Respondendo ao conselheiro, o **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** disse que essa coisa da vacinação foi muito polêmica. Acha que devem tentar agregar e conciliar as três esferas, ou seja, o governo federal, o governo estadual e o governo municipal porque não dá para cada um remar para um lado. Esclareceu que só não podem atrasar todo esse curso porque não dá para ter nove milhões de doses da vacina no Aeroporto de Guarulhos (São Paulo) e, se a Anvisa aprovar o uso da vacina, essas doses têm que estar distribuídas para começar a vacinar a população no dia seguinte. Sobre a pergunta do conselheiro se a quantidade de vacinas da Fiocruz e do Instituto Butantan será suficiente para atender a todos, o Secretário referiu-se ao que falaram dos testes para Covid “– Vão começar

a testar, sem ter testes para todo mundo?”. Então, o **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** explicou que é claro que sim e que pelo menos algumas pessoas foram testadas e foi melhor do que ficar esperando que todos os testes chegassem. Da mesma forma para a vacina é melhor começar a vacinar logo porque já vai salvando vidas, em vez de ficar esperando dar todas as vacinas ao mesmo tempo. Entende que quanto antes começar, melhor. Acrescentou que estão pressionando muito o Ministério da Saúde para terem as vacinas. Que já é certo que as vacinas da Fiocruz vão chegar aqui no Rio de Janeiro e as vacinas da Coronovac já estão em São Paulo. Disse, ainda, que, pessoalmente, teve uma reunião no Instituto Butantan onde falou que se o Ministério da Saúde não comprasse as vacinas, eles (do Município do Rio de Janeiro) iriam comprá-las por determinação do Prefeito Eduardo Paes, mas o Ministério da Saúde garantiu que as comprará e irá distribuí-las no Programa Nacional de Imunização. Hoje, o que têm, é um contrato assinado pelo Ministério da Saúde com a Astrazenica Fiocruz e com o Instituto Butantan, com o compromisso de entregar as vacinas até o dia 20 para começarem a vacinar. Falou que compromisso é compromisso e palavra é palavra e que está só esperando eles publicarem exatamente essas datas. Disse que não gosta nem de brincar com esses assuntos porque isso aí é uma encrenca e que está super preocupado, igual a todo mundo e apreensivo. Em relação às seringas e agulhas, o **Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro, Daniel Ricardo Soranz Pinto** informou que o governo do Estado teria comprado as seringas e agulhas e que elas serão distribuídas. Acrescentou que, também, já distribuiu algumas para as Unidades Básicas de Saúde e para os Centros Municipais de Saúde para dar início a primeira fase da vacinação. Que, também, abriu processo de compra de seringas e agulhas, não para a vacinação contra o coronavírus, mas para as outras atividades porque não adianta ter esses materiais para a corona vírus e faltar para as outras vacinas ou faltar para outras atividades na Secretaria de Saúde. Falou, como sabe que todos deveriam estar comprando esses insumos, resolveu comprar também para que não falte para os outros procedimentos na Saúde. Dirigindo a palavra ao conselheiro Abílio Valério Tozini disse que está atento e que, hoje, é mais experiente nesses negócios de compras do que foi antigamente. Então, acha que vai conseguir ser mais organizado nisso, também. A seguir, despediu-se da reunião, dizendo que tem que ir porque existem outros compromissos, mas os conselheiros poderão fazer as perguntas por escrito e que as responderá e que estará presente em outras reuniões do Conselho Municipal de Saúde. Todos agradeceram a presença dele na reunião. Em seguida, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** tomou a palavra e dirigindo-se a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki disse que ela (a secretária) teria se esquecido de colocá-la pela ordem de inscrição para falar. Então a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** respondeu-lhe que não e que a conselheira será a próxima a falar, segundo os seus apontamentos, mas que a conselheira poderá fazer as perguntas por escrito, que a Secretaria Executiva as enviará ao Secretário, pois, com certeza, irá responder e que já passaram mais de vinte minutos do horário pautado. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que compreende, mas que apresentou sua inscrição com bastante antecedência. Então, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** disse que irá pedir para os funcionários da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde verificar a ordem de inscrição porque está atendendo várias solicitações através do “zap” na reunião e que, às vezes, pode passar despercebido. **Item 3 da pauta:** Apresentação, Discussão e Deliberação referente ao Decreto Rio Nº 48.254 de 07 de dezembro de 2020 e Nota de Repúdio do Conselho Municipal de Saúde A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** explicou que entre as diversas medidas, o Decreto Nº 48.254, editado e assinado pelo ex-prefeito Marcelo Crivella e publicado no Diário Oficial em 08 de dezembro de 2020, impede e proíbe os Servidores Públicos de fazerem críticas à administração do município. Ressaltou que esse decreto foi repassado para todos os conselheiros via e-mail. Ressaltou que o decreto fere o artigo quinto da Constituição Federal, em relação a liberdade de expressão. Por esse motivo, o CMS/RJ elaborou a nota de repúdio contra esse decreto. Esclareceu que os conselheiros de saúde sejam municipais ou distritais não são Servidores Públicos e sim Agentes Públicos. Mas o decreto engloba todos os que têm ligação direta com a administração pública da prefeitura, o que inclui os conselheiros de saúde distritais e municipais de qualquer dos três segmentos. Então como o Controle Social poderá agir se não tem liberdade de expressão e de manifestação com relação aos problemas da administração pública. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que esse decreto inviabiliza, impede a fiscalização e todas as ações do Controle Social. Então têm que se

mobilizar para que isso não seja aprovado na Câmara de Vereadores, inclusive a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki enviou um ofício de forma emergencial pela comissão executiva e com a assinatura da presidente para a Câmara de Vereadores, mas como os vereadores estão em recesso estamos reenviando. Finalizando, disse que os conselheiros além de serem Agentes Públicos são fiscais do SUS, mas se forem impedidos, como vão fiscalizar. Para complementar, a **conselheira Valeska Holst Antunes** informou que discutiram sobre isso na última reunião da Comissão Executiva de 2020 e que não tiveram tempo hábil para convocar uma reunião extraordinária por causa das festas de final de ano. Porém, sabiam que a Câmara de Vereadores está debatendo esse tema, inclusive alguns vereadores se mobilizaram para derrubar esse decreto. Por isso, aprovaram em “ad referendum” (aprovação de um procedimento, que não pode aguardar outra reunião para ser aprovado) uma primeira movimentação do CMS/RJ com os vereadores que apoiam a derrubada desse decreto. Pretendem, que a proposta enquanto Comissão Executiva, fazer uma nova movimentação com as novas legislaturas que estão assumindo e depois colocar para discussão e aprovação do Pleno. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que tem uma cópia da nota de repúdio que foi enviada para a Câmara de Vereadores e que contém o que já foi falado nesse ponto. Então a apresentação, a discussão e a deliberação será sobre essa moção de repúdio para que seja enviada a Câmara de Vereadores com os novos vereadores e os antigos. Nesse momento, a pedido da conselheira Valeska Holst Antunes, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** deu início a leitura da nota de repúdio, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** disse que sua proposta é para encaminhar a atual Gestão para que esse decreto seja revogado. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** indagou se ele deseja que seja enviado também para a atual gestão? O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** disse que sim, mas para revogar o decreto. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse concordar. Aproveitando a mudança de Gestão, acha que será uma boa medida, uma boa aferição da Gestão atual porque o atual prefeito pode revogar esse decreto. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** concordou plenamente por ter certeza que essa Gestão vai revogar. A **conselheira Valeska Holst Antunes** informou que podem fazer duas votações, pois uma proposta não afeta outra. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que o encaminhamento é aprovar o documento e depois remetê-lo para a nova Gestão, para o prefeito e para a Câmara de Vereadores. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em votação os dois caminhos da nota de repúdio, sendo o primeiro a ser enviado para a Câmara de Vereadores e para os vereadores da nova Gestão. O segundo é para que o prefeito revogue esse decreto. Após a votação verificou-se que as propostas foram aprovadas por maioria simples. Continuando, informou que fará os dois encaminhamentos e depois encaminhará para a assinatura da Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes. **Item 4 da pauta:** Escolha da Comissão Eleitoral do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que todo o ano, em janeiro, os integrantes do CMS/RJ têm que escolher os membros da Comissão Eleitoral. E, uma vez eleita dirigirá todo o processo eleitoral para a escolha do substituto do Presidente e os membros da Comissão Executiva do CMS/RJ para o mandato de um ano. Ressaltou que essa eleição também é feita nos dez conselhos distritais. Prosseguindo, conversando com a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki decidiram escolher, hoje, a Comissão Eleitoral do Municipal. Informou que inclusive foi enviada uma circular para as comissões distritais para que essa comissão comece a trabalhar em fevereiro e não em março. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que são dois usuários, um profissional e um gestor para que a Comissão Eleitoral seja paritária. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou quais os conselheiros/as querem se candidatar para a Comissão Eleitoral. A título de esclarecimento, a **conselheira Valeska Holst Antunes** perguntou se o representante de uma Instituição que está há dois anos seguidos na Comissão Executiva, pode se recandidatar novamente, indagou. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que sim, porque estão em um novo mandato. E no seu caso, conselheira Valeska Holst Antunes, você está nesse mandato há um ano e, portanto, pode ser escolhida por mais um ano. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que terão algumas reuniões, inclusive farão um plantão virtual para as reuniões da comissão eleitoral até que cheguem no momento da inscrição para

a eleição e a votação. Prosseguindo, para elucidar uma dúvida, informou que só no momento da eleição é que os integrantes da Comissão Eleitoral estarão presentes para dirigir e fiscalizar a votação. Por esse motivo, a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa, que se inscreveu, desistiu por causa da sua comorbidade. A **conselheira Valeska Holst Antunes** disse para a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes que ainda não discutiu com a diretoria do Sinmed a intenção de se candidatar ou não novamente para a Comissão Executiva. Mas ao lembrar da eleição anterior, perguntou se é possível o suplente, por exemplo, ser parte da Comissão Executiva; isso no caso de se candidatar ou não. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que sim, pode, pois no caso o conselheiro suplente Nelson Robson Mendes de Souza ficou na Comissão Executiva e você, conselheira Valeska Holst Antunes, foi candidata. Então indica seu suplente, indagou? A **conselheira Valeska Holst Antunes** respondeu que se não tiver candidato de outras Instituições indicará o nome do seu suplente e depois conversará com ele. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** disse que ligou para sua suplente afim saber se concorda em ser candidata pela Instituição SATEMRJ, mas ela ficou de dar uma resposta. Depois de um bom tempo de espera quase tudo foi resolvido. Do segmento usuário se voluntariaram o conselheiro Márcio Berman, representando a Instituição AFARJ e a conselheira Maria Edileusa Braga Freires. Em relação aos Profissionais de Saúde, ficou pendente a resposta da conselheira suplente Andréa Carneiro Almeida Silva, que representa a Instituição SATEMRJ. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que vão homologar os três. Mas em relação ao segmento gestor, disse para a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki fazer um ofício, em seu nome, para o Secretário Municipal de Saúde, Dr. Daniel Soranz, solicitando um representante gestor para a Comissão Eleitoral. Depois esperarão a resposta da conselheira Lucimar Oliveira Nascimento sobre a aceitação ou não da sua suplente para fazer parte da Comissão Eleitoral. **Item 5 da pauta:** Apresentação do trabalho individual de cada comissão temática. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** lembrou a todos que o Relatório do Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna – RJ foi retirado da pauta devido à saída da conselheira Neide Maria Neres Tinoco (titular) e da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (suplente). Prosseguindo, citou comissão por comissão, mas poucos representantes tiveram informes para dar. Em relação a Comissão de Saúde Mental, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que a conselheira Monica Fernandes Lahmann disse que vai, na primeira oportunidade, marcar a primeira reunião para poderem discutir sobre saúde mental. Em relação a Comissão de IST/AIDS, o **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior** escreveu no “chat”, conforme o original: “Peço que fique registrado em Ata que a Comissão Municipal de IST e AIDS tem funcionado de forma virtual através do nosso Grupo do WhatsApp com diversas instituições convidadas para participação e estamos abertos para a entrada de conselheiros que queiram vir somar conosco nesse tema tão importante. No momento sem grandes informes a registrar. A posteriori enviaremos mais informações no Grupo do Conselho”. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** pediu que o conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior envie a ata e traga mais um membro, conselheiro ou convidado, para compor essa comissão desde que tenham interesse em participar. Com isso, poderão publicar, pois no momento só tem um nome publicado, o seu. Em relação a Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas, a **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** informou que continua aguardando o ofício de apoio ao repúdio da Instituição ACADIM ao decreto que criou o Comitê de Doenças Raras Federal. Então perguntou se esse ofício está pronto e se poderá ser encaminhado a Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas? A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** perguntou se estava falando da deliberação da última reunião? A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** disse que sim, que é sobre isso. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou quando mandaram publicar, aconteceu que a Secretária Municipal de Saúde o assinou, mas não houve tempo para publicar. Explicou que os integrantes da Secretaria Executiva estão acompanhando essa publicação e que deverá sair ainda nessa semana. Quando o ofício sair publicado será enviado via e-mail para a Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** agradeceu. Em relação a Comissão de Saúde do Trabalhador, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que os integrantes dessa comissão estão aguardando a nova Gestão para saber como se dará a questão da saúde do trabalhador e a condição. Então disse que na próxima reunião já terão os membros dessa

comissão. Continuação do **Item 4 da pauta**: referente a deliberação dos integrantes da Comissão Eleitoral. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** informou que sua suplente, a conselheira Andréa Carneiro Almeida Silva aceitou participar da Comissão Eleitoral representando a Instituição SATEMRJ. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, informou os nomes dos conselheiros para depois conduzir a votação. Do segmento usuário: Márcio Berman e Maria Edileusa Braga Freires. Do segmento profissionais de saúde: Andréa Carneiro Almeida Silva, suplente. Prosseguindo, ressaltou que só tem esses três nomes para deliberarem para a Comissão Eleitoral. Em relação ao segmento Gestor, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou o que disse antes, que a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki enviará um ofício em seu nome para o Secretário Municipal de Saúde, Daniel Soranz solicitando um representante gestor para compor a Comissão Eleitoral. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** colocou em votação os nomes dos três conselheiros e que foram aprovados pela maioria simples do Colegiado. **Item 6 da pauta**: Informes da Secretaria Executiva. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que os ofícios 021/2020, 034/2020 e 363/2020 foram enviados via e-mail para a ex-Secretária Municipal de Saúde, Ana Beatriz Busch que por sua vez enviou a resposta de cada ofício. Em seguida foram encaminhados via e-mail para a Comissão de Fiscalização da Atenção Primária de Saúde – APS. Sobre o teor do ofício circular 02/2021, enviado via e-mail pela Instituição COREN-RJ (Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro), informou a nova Diretoria do COREN-RJ. **Item 7 da pauta**: Informes da Gestão da SMS. Não houve informe devido às ausências de todos os conselheiros gestores, excetuando o Secretário Municipal de Saúde Daniel Soranz, que veio apresentar o ponto dois da pauta, mas, depois, teve que sair para participar de outra reunião. **Item 8 da pauta** Informes do Colegiado. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** informou que, ontem, a Intersindical que é o conjunto de sindicatos da saúde, protocolou uma tentativa de reunião com o prefeito. O motivo são as dúvidas em relação a situação dos profissionais de saúde, inclusive o secretário municipal de saúde falou em iniciar a vacinação, mas em nenhum momento informou se os profissionais de saúde serão vacinados antes para depois vacinar o público. Perguntou como ficará a situação dos profissionais de saúde, porque alguns são do grupo de risco e estão voltando a trabalhar nas Unidades de Saúde da Atenção Básica, onde começarão a aplicar as vacinas. Em relação a outro assunto, disse que os profissionais de saúde estão em greve, com salários atrasados e sem previsão de pagamento do 13º salário. Então, hoje, a informação do prefeito é diferente da carta compromisso que fez, que é não taxar os servidores com a alíquota de 14%, mas hoje já se fala em taxar essa alíquota. Por isso, precisam conversar com o prefeito. Ressaltou que o prefeito deveria comparecer ao CMS/RJ, pois já ouviram falar que ele vai fazer aluguel de leitos de UTI no valor unitário de R\$ 2.400,00/dia, e cada leito de enfermagem durante cinco dias, sai por R\$ 2.250,00. Isso é muito dinheiro. Onde ele vai arrumar se diz que não tem dinheiro? Pediu que o CMS/RJ convide o prefeito para dar esclarecimentos. Afinal de contas, tem ou não dinheiro para alugar leitos? Vai ou não abrir leitos como prometeu? Também informou, nessa semana, que o secretário municipal de saúde disse que 26 profissionais de saúde foram exonerados, sendo 22 técnicos de enfermagem e, acha, que são 4 enfermeiros. Então como uma Gestão diz que não tem profissional e exonera o que chamou de extra. Finalizando, indagou se essas situações chegarão até o CMS/RJ ou essa nova gestão, também vai continuar decidindo para depois o Colegiado saber? Por isso, precisam conversar com o prefeito. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** disse para registrar em ata que apoia as reivindicações feitas acima. O **conselheiro Distrital da AP. 2.1, Alexandre Clementino de Oliveira** perguntou como vai ficar o representante do CDS da AP. 2.1 que não tem comparecido as reuniões distritais? Informou que gostaria que a presidente do CDS da AP 2.1 fique sabendo disso e se posicione, pois as reuniões distritais estão acontecendo, mas têm conselheiros que não comparecem. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que no dia 29/01/2021 será realizada a primeira reunião do CDS da AP 5.1 com o novo coordenador. O **convidado do CDS da AP. 2.1, Sr. Henrique Oliveira de Brito** informou que não estão informando o conteúdo das reuniões dos presidentes distritais para os respectivos conselhos distritais. Em relação a outro informe, disse que as reuniões dos conselhos distritais não foram publicadas no site do Conselho Municipal de Saúde e nem no Diário Oficial. No seu último informe, disse que o processo que foi votado com relação a UNACOM do Hospital Federal de Ipanema que foi votado no CDS da AP 2.1 com pendências, foi para o CMS/RJ e está retornando para o CDS da AP 2.1. Finalizando, pediu que sua fala fique registrada em

ata. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse em relação a informes costuma dizer que não tem resposta. Informou para o conselheiro Distrital da AP 2.1, Alexandre Oliveira que os conselheiros distritais não estão participando das reuniões nesse momento de pandemia e não podem ser punidos, inclusive, alguns conselheiros municipais não dominam a mídia e não têm acesso à internet. Por isso, não podem penalizá-los por não terem acesso à informação. Entretanto, se solicitar via telefone informações ao presidente substituto e a Comissão Executiva, ela gostaria que eles repassassem para os conselheiros. O **conselheiro Distrital da AP 2.1, Alexandre Clementino de Oliveira** disse que participaram da reunião distrital apenas uma vez, mas não compareceram nas outras. Então se mudou, as pessoas têm que ser comunicadas e quem tem o dever de comunicar é o substituto que maneja o aplicativo. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que é disso que está falando, pois muitos conselheiros municipais participaram de algumas reuniões municipais, auxiliados por outras pessoas. Então cabe a presidente do CDS da AP 2.1, Maria Edileusa Braga Freires e ao conselheiro Abílio Valério Tozini, que a substitui, terem o contato para comunicar ao conselheiro o que está acontecendo. Agora, penalidades não consta do Regimento Interno e nem na Lei, pois a pandemia continua. O **conselheiro Distrital da AP 2.1, Alexandre Clementino de Oliveira** disse concordar em não penalizar, mas acha que eles têm que comunicar a todos com antecedência, justamente para todos ficarem cientes. Em relação às reuniões dos presidentes distritais, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que cabe a cada presidente distrital informar a deliberação de sua área programática somente na reunião do seu respectivo CDS. Então perguntou ao conselheiro distrital da AP 2.1, Alexandre Clementino de Oliveira e ao convidado da AP 2.1, Sr. Henrique Oliveira de Brito se entenderam a explicação? A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que não é obrigatória a publicação da reunião em diário oficial. Cada Conselho Distrital de Saúde pode enviar para seus conselheiros as informações. Por conta da pandemia, resolveram dar publicidade às reuniões no Diário Oficial, assim facilitando a todos, inclusive ao cidadão que não tem acesso, pois pelo Diário Oficial se torna público. Entretanto, a prioridade dos Conselhos Distritais de Saúde é enviar, via e-mail, para o seu Colegiado as informações com relação às reuniões e as deliberações que serão feitas. Em relação a publicar na página do Conselho Municipal de Saúde, informou que estão com certa dificuldade para publicar, pois com a mudança de Gestão houve mudanças na Comunicação Social. Por isso, algumas coisas que não foram publicadas na página supracitada não foram porque não que tenha sido enviado, pois foram enviados. Entretanto, a nova ou o novo chefe estão escolhendo quem vai cuidar dessa página. Por isso, não houve tempo para fazer essa publicação. Tanto é que o comunicado foi reiterado com pedido de urgência, inclusive entrou em contato com o Secretário Municipal de Saúde para que colocassem, pelo menos, nesse momento de transição, o comunicado dessa reunião para que todos pudessem se inscrever. Nessa reunião virtual, inclusive, foram feitas trinta e cinco inscrições de cidadãos que entraram em contato e enviaram e-mail. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou a todos que cadastrou e habilitou os nomes para poderem participar, hoje, dessa reunião. Então o que não está publicado na página não é porque não querem publicar, mas porque não houve publicação pela Comunicação Social devido a essa mudança de Gestor. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que está de férias em janeiro, mas não viajará por conta, obviamente, do coronavírus, mas se tiver qualquer situação que lhe comunique para que possa dar continuidade a discussão. Finalizando, desejou um bom início de ano para todos e vacinação já. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** sugeriu que designasse um servidor público do Conselho Municipal de Saúde para que durante as reuniões fique responsável por monitorar as inscrições. Disse que é complicado ficar ao mesmo tempo dirigindo a reunião, controlando quem está se inscrevendo e fazendo intervenções quando necessário. Isso vai evitar que algumas pessoas não sejam contempladas com a fala ou não que estejam na ordem correta da inscrição e que dará um fluxo melhor e mais objetivo em relação às inscrições. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que o ex-Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho também estava com essa dificuldade. Então eu e a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki estamos revendo isso. Para reiterar a fala anterior, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que ao mesmo tempo em que alguém se manifesta levantando a mão para se inscrever via vídeo, outro surge se inscrevendo no “chat”. Então só poderá se inscrever quem

colocar o seu nome no “chat” e na ordem para poder ser chamado para falar, justamente, nessa ordem de inscrição. Isso porque às vezes a pessoa pode dizer “ah, mas eu falei que me inscrevi via vídeo”. Acontece que a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki está verificando no “chat” quem se inscreveu ou mesmo outro servidor está observando pelo “chat”, mas alguém vem no vídeo dizendo que se inscreveu e levanta a mão. Então pretendem, de repente, deliberar ou de repente no início de cada reunião dizer: “as inscrições só poderão ser feitas apenas pelo chat” porque não poderá levantar mais a mão ou falar que está se inscrevendo, via vídeo. Por isso, precisará se inscrever no “chat” e depois chamaremos pela ordem de inscrição no próprio “chat”. Por causa dessa orientação a **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** sugeriu que se criassem algumas regras para as reuniões “online” do CMS/RJ. Entre essas regras, uma é para resolver a questão da inscrição que somente serão válidas aquelas feitas pelo “chat”. Além de se pensar em criar pequenas regras para uma boa condução, como a questão de microfones abertos em momentos inadequados. Ressaltou que têm uma série de questões que podem ser abordadas e criar algumas pequenas regras para que as reuniões fluem de uma forma melhor, como a questão de tempo e de fala quando as pessoas se inscreverem. Tudo isso tem que se pensar em regras para essa condução fluir melhor. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que vão trabalhar encima disso. Em relação ao CMS Chapéu Mangueira e Babilônia, a **convidada Arlete Ludovice** perguntou para a atual Gestão o que foi feito com a verba da Clínica? E, quando os morros do Chapéu Mangueira e da Babilônia terão essa clínica, pois o projeto foi feito antes, inclusive a proposta era comprar uma casa ou construir a Clínica. Mas vários anos se passaram e não concluíram esse projeto. Disse que gostaria que pautassem um tema atual para a próxima reunião. Trata-se do tratamento odontológico feito dentro do Hospital Municipal Rocha Maia. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu para a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki dizer a convidada Arlete Ludovice, que leve isso por escrito para que a presidente do CDS da AP 2.1 Maria Edileusa Braga Freires ou o conselheiro Abílio Valério Tozini, pautar. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** pediu para que a convidada anotasse seu telefone do WhatsApp 99***1***. Prosseguindo, pediu para que ela informe seu telefone para contatá-la o que foi feito. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse para a convidada Arlete Ludovice conversar com o conselheiro Abílio Valério Tozini e fazer o documento para que logo depois o coloque como ponto de pauta no CDS da AP 2.1 para que depois seja encaminhado ao CMS/RJ que entregará o documento ao Secretário Municipal de Saúde. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezessete horas e trinta e cinco minutos e nós, **Marcelo Dionízio Gomes** e **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.


Marcelo Dionízio Gomes


Maria da Conceição Ramos de Carvalho


Maria de Fátima Gustavo Lopes